

A experiência do Programa Bolsa Família no extremo Norte da Amazônia brasileira e o debate acerca do conceito de necessidades como requisito básico para a formulação e implementação de políticas públicas. The experience of the BOLSA FAMÍLIA program in the up North of the Brazilian Amazon and the debate about the concept of necessities as a basic requisition for the formulation and implementation of public policies.

Prof^a.Dr^a.Adriana Azevedo Mathias
(Universidade Federal do Pará – Brasil).
Prof^a. Dr^a. Maria Antonia Cardoso Nascimento
(Universidade Federal do Pará - Brasil).
Prof^a. Dr^a.Nádia Socorro Fialho Nascimento
(Universidade Federal do Pará - Brasil).
Prof^a. Dr^a. Vera Lúcia Batista Gomes (Universidade
Federal do Pará - Brasil).

RESUMO

Este artigo é resultado de uma pesquisa que, tendo como base empírica os estados do Pará e do Amapá, localizados no extremo Norte da Amazônia, busca contribuir com a literatura nacional e internacional no debate sobre os programas de transferência de renda mínima, no contexto do novo marco regulatório de políticas de assistência dos organismos internacionais.

Dados recentes sobre cancelamento de beneficiários, nos dois estados evidenciam que o descumprimento das contrapartidas, têm implicado na redução e não na ampliação de atendimentos do número de famílias em condições de miséria, vinculadas ao referido programa.

Palavras chave: necessidades sociais, programa bolsa família, Amazônia.

ABSTRACT

Recent data about the recurrent cancelling of benefits enrolled in the **BOLSA FAMÍLIA** program in the states of Pará and Amapá – located in the up North of the Amazon, due to the lack of fulfillment of the obligations of its beneficiary parties, show the widening of the number of families into poverty conditions. The Amazon Region, understood as a more and more complex, multiple and segregation growing urban/rural society, due to the maintenance of the regional inequalities expressed, mainly, in modern agrarian business, re-edicts the agrarian conflicts, making persons poorer, principally, traditional workers as

peasants, Indians, quilombolas and riparians. Through a critical national and international literature about the limitations of the programs of transfer of minimal income, it is intended to analyze the problematic of poverty maintenance on both Amazonian states, in the context of the discourse of poverty and inequalities reductions.

Key Words: social necessities, BOLSA FAMÍLIA program, amazon,

1 INTRODUÇÃO

Os estudos críticos sobre a globalização do capital têm apontado para o acirramento das desigualdades sociais, principalmente nos denominados países de capitalismo periféricos, como o Brasil. Esta situação se agrava quando se examina os indicadores socioeconômicos das regiões Norte e Nordeste do país.

Neste cenário, a ênfase à pobreza como condição desvinculada dos processos macro-estruturais, a exemplo da crise atual do modo de produção capitalista, coloca desafios aos pesquisadores que problematizam o trabalho como condição fundante da existência humana e os instrumentos de mediação que conformam a relação entre Estado e Sociedade, como as políticas públicas. Embora a região amazônica seja atualmente uma das principais áreas de interesse do capital globalizado por acumular riqueza diversificada e complexa - tanto em sua biodiversidade quanto na sociodiversidade -, tal riqueza tem possibilitado resultados econômicos questionáveis à medida que se agrava a condição espoliada de grandes contingentes de famílias de trabalhadores, configurando a *questão amazônica*.

A Região Amazônica é entendida como uma sociedade rural/urbana cada vez mais complexa, múltipla e ao mesmo tempo crescentemente segregada, em virtude do ressurgimento severo e agudo da reprimarização da economia expressa na exploração predatória da madeira, dos minérios e do agronegócio, que reeditam o conflito agrário, na versão contemporânea, do tráfico de drogas e de seres vivos de modo geral, a prostituição de jovens e a exploração sexual de crianças e adolescentes, particularmente nas cidades ribeirinhas.

Ao se constituir como um *locus* privilegiado dos complexos processos desencadeados sobre a Amazônia, destaca-se o estado do Pará que abriga em

seu território uma população estimada, segundo dados do IBGE (2005), em 6 970 586 (seis milhões, novecentos e setenta mil, quinhentos e oitenta e seis) habitantes, numa extensão territorial de 1.248.000 km², correspondendo a 24% da Amazônia brasileira, com áreas de terra firme, cerrados, campos, mangues e florestas de igapó.

A inserção definitiva do estado do Pará ao mercado mundial, se deu a partir da década de 1970, quando passou a sediar grandes empreendimentos, públicos e privados, que produzem profundas alterações em seus aspectos ambientais, econômicos, sociais e culturais. O estado do Pará, além de ser o segundo em extensão territorial, é, ainda, o segundo estado minerador do Brasil e o primeiro em concentração mineral.

A produção mineral paraense responde por 72% da produção da Amazônia Legal, sendo que esse estado e o Amapá, “apresentam características de economias mineiras” (SUDAM/UFP/FADESP, 1997, p. 10). Na contramão dos dados sobre a riqueza extraída e exportada do estado do Pará – demonstrados nos números do seu Produto Interno Bruto (PIB), que passou do 14º lugar no ano de 1996 para o 11º lugar no ano de 2003, encontra-se uma população espoliada. Isso pode ser comprovado pelos dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH - M), que situa o Pará na 20ª posição dentre os estados da federação.

A principal fonte de crescimento do PIB paraense está no setor primário, centrado na área primário/industrial, que passou de 26% em 1994 para 35% em 2003 (idem). Nesse setor, o destaque é dado pela indústria extrativa, em função do aumento da extração de minérios no estado. A principal responsável pela extração mineral no Pará, e, a mais importante empresa mineradora do país é a Companhia Vale do Rio Doce - VALE, segunda do mundo, tida pelos analistas da área como a empresa que maior influência exerce sobre o Estado brasileiro.

A priorização de grandes empreendimentos – particularmente grandes projetos mínero-metalúrgicos - como instrumento privilegiado do modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado brasileiro, acabou por desalojar de seus espaços tradicionais grandes contingentes de populações originárias (ribeirinhos, caboclos, quilombolas e indígenas). Parcela expressiva desse contingente humano migra para as cidades do entorno dos empreendimentos,

como também para os centros urbanos mais importantes da região. O contingente de expropriados busca áreas próximas ou não aos seus antigos locais de moradia, o que faz crescer também as pequenas e médias cidades, as quais apresentam índices de crescimento populacional superiores aos das capitais, concentrando cerca de “70% da população regional” (PEREIRA, 2006, p. 25).

Quando o IDH Municipal é analisado em suas variáveis componentes – educação, longevidade e renda -, verifica-se que houve uma melhora em relação a variável educação (14,8%), melhora essa que foi bem menor em relação à variável longevidade (5,8%). No caso da variável renda, o Pará obteve uma melhora de apenas 4,6%, índice muito menor que os demais estados da federação.

Na análise da variável educação que reflete as possibilidades de um indivíduo ter acesso ao conhecimento, o estado do Pará obteve uma melhora pouco significativa de 14,8% no período de 1991 a 2000, posicionando-se em 17º lugar no quadro dos 27 (vinte e sete) estados brasileiros. Verifica-se que a taxa de analfabetismo do estado (14,1%), é superior à taxa de analfabetismo do Brasil (11,4%) e da própria Região Norte (12,7%), sendo inferior apenas, dentre os estados da Região, às taxas do Acre (18,1%) e do Tocantins¹ (17,2%). A taxa de analfabetismo no Pará é de 32,7%, enquanto na região Sul é de 9,1% e de 9,3 na região Sudeste.

Estudo inédito da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Observatório do Mercado de Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego confirma, com base nos dados do IBGE (2005), que aumentou o trabalho de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos, de 2004 para 2005. A pesquisa, que pela primeira vez incluiu a Região Norte, demonstra que cresceu, também, o trabalho de crianças e adolescentes na área agrícola. Ainda conforme o estudo, o peso dos rendimentos desse contingente de força de trabalho é considerável no orçamento familiar, o que leva à sua valorização.

Ao constatar o crescimento do trabalho de crianças e adolescentes, particularmente na área rural, verifica-se que este pode estar relacionado não só à baixa frequência dos estudantes no ensino médio, como também ao mau

¹ Vale destacar que os dados relativos ao estado do Tocantins devem ser relativizados, uma vez que esse estado foi criado muito recentemente (1988). Mesmo após a sua criação legal, somente em 01/01/1990 foi instalada definitivamente a sua capital, Palmas.

aproveitamento escolar deles, o que vem provocar não só o atraso na sua escolaridade, como a própria evasão escolar. Esse processo torna ainda mais difícil as possibilidades destes jovens terem acesso ao ensino superior.

Dados do IBGE (2002) demonstram que o estado do Pará, no contexto da Região Norte, é o que possui o maior número de estabelecimentos de saúde (2147), quase a metade de todos os estabelecimentos de saúde existentes na Região Norte (5137). Apesar desse número expressivo, não se pode desconsiderar que o estado possui também a maior população da Região Norte e que, para cada estabelecimento de saúde, há 3006 (três mil e seis) habitantes. A população do estado do Pará apresenta ainda doenças tidas como erradicadas em várias regiões do mundo, como a hanseníase, febre amarela, a leishmaniose e a malária, todas consideradas doenças decorrentes de precárias condições de vida.

Tal tese pode ser confirmada pelo fato de que a maioria da população paraense, além de apresentar baixos níveis de renda - nada menos que 90,8% das famílias paraenses recebem abaixo de 10 (dez) salários mínimos, sendo justamente aquela parcela que trabalha em condições mais insalubres e tem piores condições de habitação, educação, saneamento e alimentação e que dependem, quase exclusivamente, dos serviços da rede pública para o atendimento de suas necessidades mais básicas.

Examinando a variável renda do IDH Municipal, observa-se uma melhora de apenas 4,6%, posicionando o estado em 23º lugar no quadro dos estados brasileiros. Destaca-se ainda que quatro dos estados da Região Norte, incluindo o Pará, posicionaram-se nos últimos lugares no quadro nacional: o Pará é o 23º, o Amapá é o 25º, o Amazonas o 26º, e Roraima o 27º, isto é, o último. Vale dizer que Amazonas e Roraima chegaram a apresentar resultados negativos no índice de renda: - 0,7% e - 0,6%, respectivamente.

A População Economicamente Ativa (PEA) da região Norte é de 6 928 229 (seis milhões, novecentos e vinte e oito mil, duzentos e vinte e nove) habitantes, de um total nacional de 92 860 128 (noventa e dois milhões, oitocentos e sessenta mil, cento e vinte e oito) habitantes. O Pará possui sozinho, mais da metade da PEA regional, com 3 308 042 (três milhões, trezentos e oito mil, quarenta e dois) trabalhadores. Em que pese tal potencial, apenas a metade dessa PEA encontra-se ocupada, o que correspondendo a 1

182 026 (um milhão, cento e oitenta e dois mil, vinte e seis) de trabalhadores, o que constitui um paradoxo, ao mesmo tempo em que o Estado possui um enorme potencial produtivo, grandes contingentes da população estão sem ocupação.

O elevado índice de pessoal ocupado, sem contribuição para a Previdência Social demonstra o crescimento exponencial de ocupações sem carteira assinada, reforçando o fenômeno do desemprego, do trabalho precário um dos mais perversos efeitos das políticas econômicas neoliberais. O seu alastramento, longe de ser apenas um dado estatístico, leva ao caos da informalidade do trabalho e a outras formas de luta pela sobrevivência ainda mais perversa produzindo homens e mulheres degradados em sua humanidade.

Aliado aos altos índices de desemprego e de subempregos tem-se, como agravante, a diminuição da renda média mensal de todos os trabalhadores com carteira assinada, que no Pará, é de R\$ 620,90 (seiscentos e vinte reais e noventa centavos), superior apenas aos estados do Amapá (R\$ 503,40 – quinhentos e três reais e quarenta centavos) e do Tocantins (R\$ 555,90 – quinhentos e cinquenta e cinco reais e noventa centavos). Sendo assim, o rendimento mensal dos trabalhadores paraenses com carteira assinada é inferior tanto à média nacional, que é de R\$ 765,90 (setecentos e sessenta e nove reais e noventa centavos). Enquanto que a média dos estados da Região Norte, é de R\$ 633,60 (seiscentos e trinta e três reais e sessenta centavos).

A distribuição da renda no Pará é, pois, inversamente proporcional ao montante de capital que circula no estado em função dos grandes empreendimentos econômicos nele instalados. O modelo de desenvolvimento regional conduzido pelo Estado, seja ele nacional, regional ou estadual tem se caracterizado pela ocupação econômica predatória do espaço regional, ao mesmo tempo em que contribui, decisivamente, para a desestruturação da economia, da vida e da cultura da população local, nativa ou não.

De forma emblemática, na análise de indicadores referentes ao Estado do Amapá constata-se uma população de 615.715, segundo estimativas do IBGE (2006), o Amapá, estado este situado no extremo Norte do Brasil, entre 1991 e 1996 teve um crescimento populacional de 5.3% ao ano, passando de

289 mil para 430 mil pessoas. Mais da metade deste crescimento decorre de migração proveniente, principalmente, do Pará, Maranhão e Ceará, de acordo com o IBGE (2000). É importante salientar que no período mencionado foi o crescimento do número de imigrantes oriundos da própria região Norte que contribuiu para o referido aumento, e uma expressiva quantidade destes imigrantes é representada por populações residentes nas ilhas paraenses próximas à foz do Amazonas, que migram para Macapá em busca dos supostos benefícios propiciados pela infra-estrutura que julgam existir em decorrência dos projetos de exploração extrativista que vigem no estado.

Situando-se entre os estados que mais crescem no país, entre 1991 e 2000, sua evolução demográfica subiu para 5,7% ao ano (IBGE, 2000), a mesma taxa no Brasil foi de 1,64% e na região Norte de 2,86%. Apesar disso, a densidade populacional ainda é uma das menores do Brasil, e a maioria da população está concentrada na capital Macapá, única capital brasileira situada à margem esquerda do Rio Amazonas e cortada pela linha do equador, cuja densidade demográfica é de 43.36 habitantes por km² (IBGE 2000). Entre 1970 e 2000, segundo o IBGE, a população urbana cresceu mais que a população total com taxas correspondentes ao dobro da média do país, passando de 35,7% para 89%.

O Amapá é o estado brasileiro que apresenta a maior taxa de desocupação da população economicamente ativa - PEA, em torno de 20,4%. De acordo com o IBGE (2007), 50,7% da PEA do Amapá ganha de meio a dois salários mínimos e 18% não tem rendimento.

Macapá depende do repasse de recursos públicos, e grande parte da receita do estado vem do Governo Federal por meio de convênios, principalmente para as áreas de educação, saúde e segurança pública. Os poucos recursos destinados a investimentos, porém estão concentrados na capital, o que deixa a população do interior desassistida, e é um dos aspectos que colabora para o êxodo rural.

O estudo sobre a vulnerabilidade social dos jovens brasileiros, intitulado Mapa da Violência IV – Os jovens do Brasil,² lançado em 2004 e editado pela UNESCO, utiliza dados de 1993 a 2002 e demonstra que o Amapá mais que triplicou os números de suicídios entre a população total e quadruplicou entre os jovens na faixa de 15 a 25 anos. O estado ocupava em 1993 o 12º lugar no *ranking* nacional, e em 2002 passa para o quinto lugar. Dados da PNAD/2006, informam que os estados do Pará e Amapá, seguido de Salvador, Recife e Mato Grosso se destacam pela configuração de chefia familiar feminina. Dados da Fundação João Pinheiro do mesmo ano, chamam atenção para a existência de 14.574 lares constituídos por famílias monoparentais chefiadas por mulheres sem renda e 15.334 com renda de até 3 salários, enquanto que a quantidade de homens na mesma condição é insignificativamente menor, 1.267 e 2.437 respectivamente.

As desigualdades regionais marcam o Brasil, diferenciando as regiões Sudeste e Sul das regiões Norte e Nordeste – as quais apresentam indicadores que mostram as piores condições de vida e trabalho de seus cidadãos. Apesar da redução da desigualdade apontada nos últimos anos pelo IPEA e por organismos internacionais, e pela melhoria de indicadores sociais, como o Índice de Gini, o IDH e a mortalidade infantil, essa melhoria ainda diferencia negativamente o Norte e o Nordeste, do restante do país (VIEIRA et al, 2009).

Segundo Araújo (2005), considerando as capitais estaduais com mais de um milhão de habitantes, núcleos de regiões metropolitanas e a capital federal, o Recife alinha-se às metrópoles do Nordeste e a Belém nas menores rendas *per capita*, fenômeno óbvio face às desigualdades regionais no país.

O Índice de Gini, considerando que o máximo teórico de desigualdade seria o valor 1,0 (um), coloca a cidade do Recife com a maior desigualdade, no ano de 2000, próximo a Fortaleza e Salvador, com 0,66 e Belém, com 0,65. (ARAÚJO, 2005: 6)

Outro dado, referente ao percentual da renda proveniente de transferências governamentais, coloca as capitais de Pernambuco e do Pará em destaque: em 1991 era 10,8% em Belém, aumentando para 14,8% em

² Os dados comprovam que entre os países o primeiro em número de suicídios entre a população total com 44,1/100.000 habitantes é a Lituânia, seguida da Federação Russa com 39,4, da Bielorrússia com 34,9 e da Letônia com 32,4 mortes a cada 100.000 habitantes. Entre os jovens a Federação russa detém o primeiro lugar com 33,7, Lituânia com 29,5 e Kazaquistão com 27,1. O Egito possui somente 0,1 mortes a cada 100.000 habitantes.

2000, e em Recife era 14,9% passando a 19,2%. Mostra a dificuldade de inserção no trabalho e a dependência de recursos governamentais para sobreviver e para superar a indigência.

Pelo exposto compreender o conceito de necessidade que tem fundamentado a formulação de políticas públicas no Brasil, torna-se importante. A experiência do Programa Bolsa é emblemático, neste sentido.

II - O conceito de necessidades em Marx, Heller e Marcuse

A discussão sobre a questão das necessidades já está posta nos Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844 de Marx e reaparece na Ideologia Alemã, a partir de outro prisma de análise, quando Marx apresenta a sua concepção de história e os três aspectos intrínsecos da atividade social e defende, claramente, a idéia da satisfação das necessidades orgânicas do ser como "a condição básica de toda a história".

O primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, também de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens precisam estar em condições de viver para poderem fazer a história. Mas para viver é preciso antes de mais nada, comer e beber, morar, vestir, e ainda algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é portanto engendrar os meios para a satisfação dessas necessidades, produzir a vida material mesma, e isto é um ato histórico, uma condição básica de toda a história que ainda hoje, como há milênios, precisa ser preenchida a cada dia e a cada hora tão somente para manter os indivíduos vivos" "(...) Em segundo lugar, a primeira necessidade satisfeita, a ação de satisfação e o instrumento da satisfação já adquirido levam a novas necessidades – e esse engendramento de novas necessidades é o primeiro ato histórico. (...) A terceira circunstância, o que já de antemão entra no desenvolvimento histórico, é a de que seres humanos que renovam a sua própria vida diariamente começam fazer outros seres humanos, isto é a se reproduzirem – a relação entre homem e mulher, pais e filhos, a família (MARX, 1989, p.194-195).

Na Ideologia Alemã, ao fazer a sua crítica à divisão do trabalho na sociedade capitalista e ao apresentar a sua compreensão de uma sociedade comunista, dá os primeiros indícios de uma sociedade alternativa ao capitalismo, distinta da concepção de trabalho alienado.

Nos *Grundrisse*, o autor vincula a noção de indivíduo social e a questão do "livre desenvolvimento das individualidades" para o desenvolvimento das potencialidades e capacidades humanas. Assim, o advento da sociedade burguesa e o triunfo da civilização industrial surgem novas necessidades humanas e tais necessidades são, na maioria das vezes, impostas por condicionamentos sociais e ditadas por um trabalho alienante. Marx afirma que somente a ordem burguesa, com a potencialização

da produção social, através da ampliação da produção de bens e serviços em larga escala e da capacidade de suprimir as necessidades dos homens em sociedade, permite o livre desenvolvimento de indivíduos sociais.

Agnes Heller (1998) aprofunda o debate sobre a influência dos condicionamentos sociais na determinação das necessidades e desenvolve a sua análise distinguindo, de imediato, as necessidades alienadas próprias da sociedade capitalista (necessidade de dinheiro, necessidade de poder, de posse), de caráter quantitativo, daquelas necessidades humanas concretas, de caráter qualitativo e historicamente determinado.

Segundo Heller, as principais descobertas de Marx registradas no conjunto de sua obra estão assentadas sobre o conceito de necessidade, entretanto, adverte para a tarefa inglória de procurar ao longo da obra marxiana uma definição ou mesmo uma descrição desse conceito. Nos Manuscritos de 1844, Marx desenvolve uma classificação histórico-filosóficoantropológica do conceito de necessidades e faz uma distinção entre as necessidades naturais, biológicas, dirigidas à conservação da vida e, as necessidades socialmente determinadas, humanas de conteúdo social.

Para a autora, esse conceito vai ser melhor desenvolvido nos Grundrisse, onde Marx vai diferenciar as necessidades naturais e necessárias à manutenção da vida (alimentação, vestuário, moradia etc), que variam de acordo com as condições naturais e a cultura de cada país, daquelas necessidades produzidas pela sociedade e historicamente datadas. Na interpretação de Heller, as necessidades naturais "não constituem um conjunto de necessidades, senão um conceito limite", trata-se do "limite da simples existência". Nesse sentido, o ar que respiramos é uma condição da existência humana.

Para diferenciar o conjunto de necessidades, Heller prefere utilizar os termos: 1) necessidades existenciais, que se referem às necessidades primárias (necessidade de alimentar-se, necessidade sexual, necessidade de contato social, necessidade de atividade); e, 2) necessidades propriamente humanas, aquelas necessidades que portam desejos e intencionalidades dirigidas para determinado objeto ou ação (necessidade de atividade cultural, necessidade de realização, necessidade de reflexão, amizade, amor).

Desse modo, as "necessidades necessárias à vida" não são apenas dirigidas à mera sobrevivência, mas também surgem historicamente, nelas prevalecem os elementos culturais, morais, as quais têm a ver com o costume de cada povo pertencente

a uma determinada classe ou sociedade. Apesar do conceito de "necessidade necessária à vida" não se referir somente a necessidades materiais, pode-se afirmar que as "necessidades necessárias são aquelas necessidades sempre crescentes geradas mediante a produção material" (HELLER, 1998, p.35) Sendo assim, com o aumento da produtividade, tais necessidades, originariamente de luxo, podem se converter, com o passar do tempo, em necessidades necessárias a vida.

De acordo com Heller, as necessidades portam paixões, valores, desejo consciente e uma intenção dirigida para um determinado objeto que motiva a ação. Assim sendo, parece evidente que as necessidades são, ao mesmo tempo, pessoais (só o indivíduo deseja conscientemente) e sociais.

Na sociedade capitalista, a relação monetária e a força do dinheiro determinam a quantificação das necessidades em detrimento das necessidades e capacidades humanas. Como indica Heller (1998), "a necessidade do ter é a que se reduzem todas as necessidades e as converte em homogêneas. Para as classes dominantes, esse ter é posse efetiva, consiste na necessidade dirigida à posse da propriedade e de dinheiro em medida cada vez maior. A necessidade de ter do trabalhador, pelo contrário, afeta a sua mera sobrevivência".

Nessa discussão, a autora enfatiza a categoria de interesse que vai marcar a compreensão da redução das necessidades no capitalismo. Nos Manuscritos de 1844, o traço essencial da superação da alienação é precisamente o desaparecimento do interesse. Nos textos posteriores, Marx distingue as categorias de interesse e utilidade, ao mesmo tempo, refuta tanto as categorias de interesse individual, como a categoria de interesse social e geral. Desse modo, essas categorias existem apenas como representações de classe.

Essa análise sobre as antinomias da produção capitalista, apontada por Marx na sua crítica à sociedade burguesa gera, de um lado, redução e homogeneização das necessidades e, de outro lado, cria as condições para o aparecimento das necessidades radicais contrapostas às necessidades de valorização do capital. Parece correto afirmar que a partir do desenvolvimento do capitalismo, do seu caráter antinômico, ao mesmo tempo em que crescem todas as formas de desigualdades, contraditoriamente, emerge o aparecimento de necessidades radicais.

O fio condutor do trabalho de Marx é a convicção de que as necessidades nascem com o trabalho e, de acordo com Heller, o trabalho na sociedade capitalista é visto como negação e alienação, entretanto, a sociedade capitalista não produz apenas

alienação, mas a consciência da alienação que faz surgir as necessidades radicais. Marx aponta a necessidade de maior tempo livre dos indivíduos como uma necessidade radical, que não necessariamente será satisfeita nos marcos do capitalismo, mas numa sociedade futura que possa transcender o sistema capitalista.

Ainda no que diz respeito à teoria das necessidades, segundo Heller, cada sociedade tem um sistema de necessidades próprio e característico e, portanto, tem a ver com a cultura de cada sociedade. Nas sociedades capitalistas, a estrutura das necessidades está subordinada à lógica do sistema de produção de mercadorias e, desse modo, as necessidades são manipuladas e reduzidas às de posse, nas quais predominam as relações de interesse.

Assim, uma determinada necessidade não se converte em manipulada por suas qualidades concretas, mas em função de determinados fatores que devem ser levados em consideração, como, por exemplo, o aparecimento de novos objetos de necessidades em consonância com o processo de produção de mercadorias e valorização do capital. Desse modo, o aumento das necessidades e a orientação para satisfazê-las obedece ao mecanismo da produção capitalista. Da mesma forma, a satisfação das necessidades dos indivíduos passa por uma escolha individual a partir de sua personalidade e ao mesmo tempo, é influenciada pelo lugar que o sujeito ocupa na divisão social do trabalho. Ademais, na realidade, o problema da satisfação das necessidades dos indivíduos se apresenta como um fim quando não passa de um meio para a satisfação das necessidades ditadas pelo sistema de produção de mercadorias. Assim como, na atualidade, determinadas necessidades manipuladas, pelo menos nos países capitalistas desenvolvidos, não são somente restritas às classes dominantes, mas extensivas à maioria da população.

A análise de Heller sobre a questão das necessidades continua contemporânea ao colocar em destaque a estrutura do sistema de necessidades das sociedades capitalistas, e se fundamentar no conceito de necessidades radicais vislumbrando uma transformação ou reestruturação desse sistema que transcende necessariamente a sociedade capitalista. Isso não quer dizer que a autora defenda o imobilismo social e, nem tampouco, que faça uma apologia ao sistema capitalista, pois

O sistema de necessidades capitalista pertence ao capitalismo; apesar disso é precisamente esta sociedade pura a que desenvolve as forças produtivas até o ponto de superar a divisão do trabalho; assim mesmo pode criar, e cria, necessidades pertencentes ao seu ser mas não ao seu sistema. Por isso, somente as necessidades radicais podem motivar que os homens para satisfazê-las realizem uma formação radicalmente distinta da precedente,

cujo sistema de necessidades – radicalmente novo – se diferenciará dos passados (HELLER, 1998, p.117).

Nesse sentido, parece evidente que a realização das necessidades básicas dos indivíduos, no limite do capitalismo, será determinada a partir de uma série de fatores relacionados com o grau de desenvolvimento cultural, econômico, político e social de cada sociedade e está em consonância com a capacidade de cada sociedade, em particular, de dispor dos recursos necessários para obter bens e serviços de forma mercantilizada.

Heller (1982, p.134-135) sintetiza, de forma clara, a sua teoria de necessidade assentada no conceito de "necessidades radicais", ou "carecimentos radicais" (dependendo da tradução):

por carecimento radical entendo todos os carecimentos nascidos na sociedade capitalista, em consequência do desenvolvimento da sociedade civil, mas que não podem se satisfazer dentro dos limites dessa sociedade. Portanto os carecimentos radicais são fatores de superação da sociedade capitalista. (Entretanto), é obvio que nem todos os carecimentos podem ser considerados revolucionários, pois — se assim o fossem — não teria sentido falar de carecimentos radicais, já que, nesse caso, todos os carecimentos seriam radicais.

Em seguida ela ratifica a sua percepção, ao dizer que carecimento radical é aquele que, numa sociedade socialista, poderia ser satisfeito por todos os homens. Ao refletir sobre a estrutura do sistema de necessidades nas sociedades capitalistas, Heller explicita claramente o caráter antinômico do capitalismo: ao mesmo tempo em que gera situações de desigualdades sociais e restringe o acesso dos indivíduos a determinadas necessidades básicas, propicia, também, o aparecimento de necessidades no sentido de uma transformação e reestruturação do sistema.

A partir da exposição das idéias da autora, pode-se deduzir que a construção de uma escala de necessidades universais ou a reestruturação do sistema de necessidades na sociedade capitalista supõe, necessariamente, diferenciar necessidades dirigidas somente para a posse de bens de consumo e necessidades geradas pelos movimentos sociais contra a manipulação do sistema social. Em várias passagens, Heller faz referência a determinadas idéias defendidas pelos teóricos frankfurtianos, em particular ao conceito de “necessidades manipuladas” de Marcuse.

Ao realizar a crítica, Heller não desconhece a força coercitiva do sistema e as limitações registradas no desenvolvimento das capacidades e potencialidades dos indivíduos. Entretanto, a autora, coloca em evidência (algo que Marcuse trabalha lateralmente) a própria estrutura contraditória inerente à constituição do capitalismo,

que, ao mesmo tempo, propicia alienação, reificação e também possibilita o desenvolvimento de necessidades radicais no interior da sociedade. Em síntese, Heller reconhece a importância das análises teóricas da Escola de Frankfurt, concernentes ao problema da alienação das personalidades dos indivíduos nas sociedades industriais e a importância desse estudo para a compreensão da percepção das necessidades no mundo atual.

A partir dessas considerações, torna-se imprescindível um exame de determinados textos da obra de Marcuse que contemplam elementos importantes na exposição dos condicionamentos sociais alienantes presentes na sociedade capitalista contemporânea. Marcuse, nas obras como “Eros e Civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud” (1968) e “Ideologia da Sociedade Industrial” (1969) e), parte da contradição e do nexos dialético entre as condições existentes na realidade (alienadas e reificadas) e as possibilidades de satisfação das necessidades. Ao desenvolver o conceito de "sociedade unidimensional", ele também trata da questão das necessidades a partir das exigências e dos padrões críticos da sociedade industrial, e diz que: "a intensidade, a satisfação e até o caráter das necessidades humanas, acima do biológico, sempre foram pré-condicionados" (MARCUSE, 1969, p.26).

Na concepção desse autor, pode-se distinguir dois grupos de necessidades: as necessidades falsas e as necessidades verdadeiras do primeiro grupo, "são aquelas superimpostas ao indivíduo por interesses particulares", "perpetuam a labuta, a agressividade, a miséria e a injustiça" e são determinadas por forças externas, independentes do controle dos indivíduos e apresentam-se como produtos da sociedade industrial repressiva. Nesse contexto, "as únicas necessidades que têm direito indiscutível à satisfação são as necessidades vitais – de alimento, roupa e teto ao nível alcançável de cultura"(MARCUSE, 1969, p.26-27). Com relação ao segundo grupo, das necessidades verdadeiras, parece difícil determinar o seu grau de veracidade ou falsidade, pois essas necessidades obedecem ao interesse social predominante e acompanham os padrões de satisfação da sociedade dominante.

Na compreensão de Marcuse, a ruptura com o padrão racional, produtivo e técnico da sociedade industrial está relacionada com o grau da "consciência de servidão" dos indivíduos em relação a esse modelo de sociedade. Contudo, na percepção do autor, esse processo de ruptura com os padrões estabelecidos pela sociedade industrial através dos seus diversos mecanismos de controles sociais não têm sentido, considerando o grau de alienação da sociedade. Os indivíduos reproduzem, de

forma espontânea, as necessidades superimpostas pela sociedade e, freqüentemente, são obrigados a abrir mão de sua autonomia em função das necessidades do sistema.

Marcuse admite que os indivíduos agem como “receptáculos pré-condicionados” os mecanismos de controle ditados pelos meios de informação. Para ele, as necessidades mais comuns dos indivíduos (descansar, distrair-se, comportar-se, amar, odiar, consumir) são criadas e reforçadas pelos controles sociais impostos. Contudo, esse processo, por mais racional que possa parecer, porta uma irracionalidade que faz parte do contexto da civilização industrial desenvolvida, onde os indivíduos introjetam reproduzem e perpetuam os controles sociais exercidos pela sociedade.

Trata-se da absorção da ideologia pela realidade, o que não significa o fim da ideologia, como já notou Marcuse, pois a sociedade unidimensional, mais do que as suas predecessoras, gera padrões de pensamentos e comportamentos unidimensionais que têm a ver com o próprio processo de produção e são redefinidos de acordo com a racionalidade do sistema. Desse modo, "o pensamento unidimensional é sistematicamente promovido pelos elaboradores da política e seus provisionadores de informação em massa" (MARCUSE, 1969, p.34) e, a principal tarefa desses meios de comunicação é satisfazer as necessidades que tomam a servidão aceitável e aparentemente imperceptível.

Com a mecanização e a automatização da produção, muda o ritmo e a velocidade do trabalho na sociedade industrial e a classe trabalhadora é submetida a um trabalho exaustivo, entorpecedor e desumano. Essas alterações no caráter do trabalho e nos instrumentos de produção contribuem para a redução da autonomia profissional do trabalhador e para a criação de um outro modo de escravização do trabalho que modifica, substancialmente, a atitude e a consciência do trabalhador em relação às suas necessidades, aspirações, atividades de lazer e padrão de vida.

Essas modificações, provocadas pela automatização da produção, apresentam, predominantemente, um caráter negativo e são responsáveis por uma série de problemas atuais enfrentados pela classe trabalhadora, tais como: aceleração do trabalho, desemprego tecnológico, impotência e resignação por parte dos trabalhadores.

Marcuse faz questão de reforçar, na sua análise sobre a sociedade industrial, a manipulação dos pensamentos, sentimentos, aspirações e necessidades dos indivíduos e a dificuldade de pensar, sentir e agir por si mesmos. Nesse modelo de sociedade, onde os indivíduos são guiados pelos meios de comunicação em massa, registra-se uma

expansão da "alienação livre e consciente das formas estabelecidas de vida" (MARCUSE, 1969, p.72).

Não resta dúvida que o progresso técnico traz consigo uma ampliação das necessidades de vida e possibilita a satisfação de necessidades de um maior número de pessoas, entretanto ainda predominam a escassez de recursos para a realização universal das necessidades individuais. Marcuse admite que o incremento na produtividade e a progressiva substituição de meio natural incontrolável por um meio tecnológico controlado aumentam o número de necessidades sociais, porém, trata-se, tão-somente, de necessidades alienadas subordinadas a um trabalho alienado.

Contudo, tanto Marcuse quanto Heller, ao fazerem referência ao conceito de necessidades humanas e sociais baseados na teoria marxiana não utilizam o termo conjugado "necessidades humanas básicas", pois na perspectiva marxista, o conceito de necessidades humanas, sociais e historicamente produzidas extrapola a construção de uma escala de necessidades básicas identificadas na imediatividade da sociedade burguesa. De acordo com essa interpretação, as necessidades básicas podem ser sociais, pois o seu atendimento tem a ver com as "condições morais da época" e com o nível de organização da força política dos trabalhadores, entretanto, as necessidades sociais ultrapassam o padrão básico de inclusão social necessário para a reprodução física dos trabalhadores.

Desse modo, faz-se necessário apontar determinadas controvérsias na definição e determinação do conceito de mínimos sociais de existência e sua relação com os conceitos de necessidades básicas e necessidades sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos países em que experimentaram o *welfare-state*, a discussão sobre os mínimos sociais e as necessidades básicas apresenta significativos avanços, diferentemente da realidade brasileira.

Os dados empíricos sobre o Programa Bolsa Família indicam que as propostas de renda mínima, não ultrapassam os limites da sociedade capitalista e suas ações são orientadas por uma lógica de substituição de programas e serviços sociais e incidem, principalmente, no suprimento de algumas necessidades indispensáveis à sobrevivência daqueles que são expostas formas degradadas e precárias de trabalho, assim como os desempregados.

No âmbito internacional, embora as evidências apontem determinadas mudanças em relação às primeiras propostas liberais, principalmente nos países avançados do capitalismo, no que tange, à proposta de percepção de uma renda mínima universal para todo o cidadão independentemente de sua vinculação de qualquer tipo de trabalho, o valor atual da renda concedido ao cidadão, na maioria dos programas registrados, continua sendo muito restrito e, na maioria dos casos, não cobre as suas necessidades básicas.

No Brasil, a discussão sobre necessidades básicas e mínimos sociais assume uma dupla interpretação: a primeira interpretação, mais ampla e cidadã, está pautada num padrão básico de inclusão e compreende os mínimos sociais como "padrão societário de civilidade" em que a produção do Serviço Social tem se destacado no conjunto dos estudos orientados por uma leitura crítica; a segunda, mais restrita, concebe os mínimos sociais como políticas sociais voltadas para cobrir carências. Essa última interpretação sobre renda mínima vai influenciar a formulação e implantação do Bolsa-Família, onde a complementação de renda proposta no programa difere consideravelmente de uma concepção de alocação universal (por exemplo, uma renda social incondicional para assegurar a cada um o direito de participar da riqueza social) visto que essa compensação monetária é condicionada e limitada temporariamente.

As pesquisas sobre os impactos de Programas de Garantia de Renda Mínima nas condições de vida das famílias brasileiras beneficiadas, particularmente os dados coletados a partir da realidade do Pará e do Amapá, apontam para o fato de que o benefício pago é quase sempre destinado à alimentação, moradia e consumo de equipamentos domésticos básicos. Além disso, a natureza de benefício condicionado faz com que os usuários expressem a angústia da instabilidade do rendimento, materializado no cancelamento do benefício.

No *ranking* de cancelamento realizado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome-MDS, no mês de fevereiro de 2010, o Amapá perdeu 2.338 (dois trezentos e trinta e oito) beneficiados e o Pará 31.283 (trinta e um mil duzentos e oitenta e três). Já no mês de março do mesmo ano, embora este último tenha apresentado apenas 3.418 (três mil quatrocentos e dezoito) cancelamentos foi considerado pelo MDS como o Estado que mais perdeu benefício na região Norte, seguido do Amazonas com 1.215 (um mil duzentos e quinze) e Rondônia com 878 (oitocentos e setenta e oito). Esses dados chamam atenção para uma ampliação e não redução da miséria nos referidos estados, cuja explicação se encontra na impossibilidade

de cumprimento das contrapartidas, principalmente as que dizem a atualização de endereços residencial e frequência escolar de crianças e dos adolescentes até 17 anos.

Fica claro que a complementação de renda assegurada pelo programa satisfaz minimamente as necessidades básicas da população, pois, garante apenas parte do consumo necessário para a sobrevivência dos indivíduos, distanciado assim, as expectativas de satisfação de um conjunto de bens públicos indispensáveis à manutenção de sua subsistência, e tampouco contribui para o desenvolvimento de necessidades sociais que estão além das necessidades de sobrevivência.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, A. *Uma discussão sobre o conceito de necessidades sociais nos Programas de Renda Mínima*. (Tese de Doutorado) 250f. Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

CHENAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo, Xamã, 1996

Heller, A. *Teoria de las necesidades en Marx*. Barcelona. *Além da justiça*. Rio de Janeiro. Civilização Brasil. Ediciones Península, 1998.

_____, *Para Mudar a Vida: Felicidade, Liberdade e Democracia*. São Paulo, Brasiliense, 1982. .

HELLER, A; FEHER, F. *Políticas de la postmodernidad: ensayos de crítica cultural*. Barcelona: Ediciones Península, 1989.

GORZ, A. *Direito ao trabalho versus renda mínima*.. In: Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Cortez, n.52, 1996, p.76 - 85.

_____. *Miséria do Presente e Riqueza do Possível*. São Paulo, Editora Annablume, 2004.

LAVINAS, L., M. G. E. *Programas de Combate à Fome*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/IPEA, 2004.

MARCUSE, H. *Ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

_____, *Eros e civilização. uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1968.

MARX, K. *Manuscritos econômicos e filosóficos de 1844*. In: Marx/Engels: história (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Ática, 1989.

_____, *Manuscritos econômicos e filosóficos de 1844*. In: Marx (Os Pensadores). São Paulo: Nova Cultural, 1991.

_____, *Manuscritos econômicos e filosóficos de 1844*. Lisboa: Edições 70, 1963.

_____, *Elementos fundamentales para la crítica de la economía*. (GRUNDRISSE) 1857/1858. Madrid: Siglo XXI Editores, 1989.

PEREIRA, P. *Necessidades Humanas. Subsídios à crítica dos mínimos sociais*. São Paulo, Cortez, 2000.

SILVA e SILVA, M. O. *Renda Mínima e Reestruturação Produtiva*. São Paulo, Cortez, 1997.

TELLES, V. S. No fio da Navalha: entre carências e direitos: notas a propósito dos programas de renda mínima no Brasil. In: CACCIA-BAVA, Sílvio et al(org.). *Programas de Renda Mínima no Brasil: impactos e potencialidades*. São Paulo, Polis.1998.

UGA, V. D. “A Categoria Pobreza nas Formulações de Política social do Banco Mundial”. *Revista Sociologia Política*. Curitiba: EDUEP, n. 23, p.55-62, nov.2004.

SUPLICY, E. *Renda de Cidadania: a saída é pela porta*. São Paulo, Cortez, 2002.

VAN PARIJS, P. Renda Básica: Renda Mínima garantida para o século XXI. In: SUPLICY, E. *Renda de Cidadania: a saída é pela porta*. São Paulo, Cortez, 2002, p.194-230.